



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23630.57593-44

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 33, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA**

Este Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação, pelo Presidente da República, da Senhora CLAUDIA VIEIRA SANTOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7234528733>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Esclareço que, nos termos do art. 39 da Lei do Serviço Exterior, a exigência constitucional de aprovação prévia, por voto secreto, também se aplica à indicação de chefes de missão ou delegação permanente junto a organismo internacional. Por sua vez, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possui competência regimental para a matéria.

Foi recebido o currículo da indicada, que sintetizo a seguir.

Nascida no Rio de Janeiro, a Embaixadora Claudia Vieira Santos concluiu bacharelado e licenciatura em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestrado em relações internacionais e comunicação pela Universidade de Boston, Estados Unidos. Tornou-se Ministra de Primeira Classe em 2022, com sucessivas promoções por merecimento. Sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tratou da diplomacia dos biocombustíveis.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Moscou, Roma, Tóquio, Paris e Nova Délhi e foi Cônsul-Geral Adjunta em Los Angeles. Na Secretaria de Estado, assessorou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, chefiou a Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, a Divisão da Europa e o Departamento de China, Mongólia e Mecanismos Bilaterais e Regionais. Atualmente, é Diretora do Departamento de Energia.

A Mensagem também veio acompanhada de sumário executivo sobre a AIEA, contendo informações gerais, dados sobre a participação e a atuação do Brasil e atos internacionais relevantes, com breve apresentação sobre a Comissão Preparatória para uma Futura Organização para a Proibição Completa de Testes Nucleares e o Grupo de Supridores Nucleares.

A AIEA foi estabelecida em 1957, com sede na cidade de Viena, Áustria, e tem como objetivos fomentar e garantir os usos pacíficos da energia atômica. Em 1959, a Agência firmou acordo de associação com a Organização das Nações Unidas, apresentando anualmente relatório de atividades e podendo informar o Conselho de Segurança sobre situações que ponham em risco a paz e a segurança internacionais.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

A principal tarefa da AIEA é supervisionar a produção, a comercialização, a circulação e o uso de materiais, equipamentos e tecnologias nucleares. Em países, como o Brasil, onde a atividade nuclear não é irrisória, há o dever de contabilizar e comunicar, com a possibilidade de visitas de verificação. Na dimensão da cooperação técnica para usos pacíficos, a AIEA possui fundo de financiamento, com montante atual de quase noventa e quatro milhões de euros.

O Brasil participa da AIEA desde o ano de sua fundação, integra a Junta de Governadores de forma ininterrupta, e mantém firme cooperação com a organização, inclusive por meio da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, o primeiro sistema bilateral da espécie em todo o mundo, que representa alternativa eficiente para o mecanismo de supervisão aprofundada dos protocolos adicionais.

Pela primeira vez em sua história, a AIEA é presidida por um latino-americano, o diplomata argentino Rafael Grossi, cuja eleição foi apoiada pelo Brasil, devendo ocorrer em breve a renovação de seu mandato.

Passo a tratar dos assim chamados Organismos Internacionais Conexos, na terminologia adotada pelo Ministério das Relações Exteriores para a denominação do posto.

Destaco que a Comissão Preparatória está associada ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, de 1996, do qual o Brasil é parte. Apesar de 177 países já terem ratificado o instrumento, a instituição definitiva da organização internacional nele prevista é impedida enquanto não ratificado por Israel, China, Egito, Estados Unidos, Irã, Coreia do Norte, Índia e Paquistão, países de reconhecida capacidade nuclear. Contudo, no marco da Comissão Preparatória, já são adotadas medidas voltadas à consolidação do sistema internacional de monitoramento, com a instalação e a intercomunicação de estações de detecção.

Quanto ao Grupo de Supridores Nucleares, integrado desde 1996 pelo Brasil, trata-se de coalizão formada por países exportadores de tecnologias, materiais e equipamentos de uso nuclear. Visa a regular o comércio, estabelecendo orientações para evitar o desvio dos bens e serviços para usos violentos. Já foi presidido pelo Brasil no biênio 2006/2007.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Passo, em seguida, a destacar questões importantes que se referem ao uso e à segurança de materiais, equipamentos e tecnologias nucleares, nos contextos interno e internacional.

O uso da energia nuclear representa questão de grande interesse estratégico para o Brasil. Contamos com usinas nucleares (Angra 1 e 2) em nosso país, supervisionadas pela AIEA, havendo a possibilidade de nova construção (Angra 3) ser concluída nos próximos anos. Produzimos e comercializamos materiais nucleares, como o urânio enriquecido. Além disso, está em fase final o desenvolvimento de sistema de propulsão nuclear de submarinos brasileiros, com a realização de teste de imersão em grande profundidade do Submarino Humaitá no último mês de março.

Ainda em âmbito doméstico, acrescento que este Congresso Nacional recentemente promulgou a Emenda Constitucional nº 118, de 26 de abril de 2022, viabilizando a produção de radioisótopos para pesquisa e uso médico pela iniciativa privada, no interesse de viabilizar a expansão da oferta de procedimentos de medicina nuclear no país.

Por sua vez, na esfera internacional, destaco que a AIEA e os Organismos Internacionais Conexos têm historicamente enfrentado desafios para o monitoramento dos programas nucleares norte-coreano e iraniano. Mais recentemente, a transferência direta de submarinos nucleares para a Austrália, no âmbito de cooperação militar com os Estados Unidos e o Reino Unido, também tem suscitado a oposição de países-membros, por se tratar da primeira venda do tipo para país não nuclearmente armado, com a entrega de urânio de alto teor de enriquecimento.

Por fim, ressalto que o conflito armado entre Rússia e Ucrânia é motivo de preocupação para todos os atores internacionais responsáveis pelo monitoramento dos usos pacíficos da energia nuclear. Os receios associados a eventual emprego de armas nucleares são agravados pelo fato de as operações militares terem se aproximado da maior usina nuclear da Europa, situada em Zaporíjia. O recente rompimento de represa que tinha, entre suas destinações, o resfriamento dos reatores da usina nuclear, reforça os riscos de um acidente nuclear, exigindo grande atenção da AIEA e dos Organismos Internacionais Conexos.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Diante da natureza da matéria, sujeita a voto secreto, não cabem outras considerações por parte desta Relatora.

Sala da Comissão, de junho de 2023.

Senador RENAN CALHEIROS, Presidente.

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA, Relatora

